

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº _____, DE 2012

(Do Sr. Luiz Fernando Machado)

Requer seja convidada a Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, Magda Chambriard, para reunião de Audiência Pública, de forma a possibilitar explanação sobre as ações a serem implementadas em sua gestão, no comando da Agência Reguladora.

Senhor Presidente

Requeiro a V. Exa. com base no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à realização de reunião de Audiência Pública, com o respectivo convite à Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo – ANP, para audiência pública acerca do planejamento da Agência Reguladora na duração de seu mandato, diretrizes e, ações do setor de regulação do petróleo, gás natural e biocombustíveis frente ao desafio de garantir as melhores práticas no fornecimento desses insumos à população e aos agentes econômicos.

JUSTIFICAÇÃO

A posse da técnica Magda Chambriard à frente da Agência Nacional do Petróleo – ANP, significa uma guinada na condução desse importante agente regulador diante do enorme desafio de regular a cadeia produtiva do petróleo, gás natural e dos biocombustíveis.

Experimentamos desde a descoberta das enormes jazidas de óleo e gás situadas na província do Pré-sal, a sensação de estarmos em flagrante desvantagem quando comparamos a necessidade de abastecermos o País com esses novos recursos e o desenvolvimento tecnológico, ambiental, operacional e de capacitação intelectual necessários para alavancar uma produção expressiva em termos de barris de petróleo e com a máxima segurança..

Recentemente restou evidente a dificuldade de mobilização da ANP diante dos acidentes em série na plataforma continental brasileira demonstrando fielmente que há muito que evoluir, , para que tenhamos segurança quando os campos do Pré-sal situados a cerca de 7.000m de profundidade começarem a sua produção comercial.

Há toda uma dificuldade de dimensionar com rapidez os estragos causados pelos vazamentos de óleo no mar, de se fiscalizar a produção *offshore*, os planos de trabalho das petroleiras concessionárias dos blocos, que no recente caso da Chevron, em poço de “somente” 1.000m de profundidade, lançaram dúvidas se os mesmos estavam sendo cumpridos rigorosamente dentro dos padrões adequados de exploração e submetidos à própria ANP.

A fragilidade estrutural e operacional da Agência existente até o presente momento pode e deve ser revertida com investimentos no seu capital humano, com treinamento nos grandes centros desenvolvedores de tecnologia e operacionais do setor como a Noruega e Estados Unidos, de forma a evitar possível desequilíbrio entre a experiência dos técnicos que atuam na ANP e o corpo profissional das petroleiras concessionárias, formados por geólogos e engenheiros detentores de décadas de *know how* acumuladas, em produção *offshore*.

Não se concebe mais que, não só a ANP, como também o IBAMA, se utilizem de embarcações das empresas e que a Marinha do Brasil, dependa de helicópteros da Chevron para fiscalizar a área do segundo vazamento no campo de Frade, bem como dos demais campos em produção – e dos futuros situados no Pré-sal – na Plataforma Continental.

Somente a Petrobras informou a ocorrência de cinco vazamentos em 2012 e o que se espera é que a ANP exija uma reformulação dos protocolos de segurança - prevenção - a que devem estar submetidas as empresas petrolíferas que atuam no País, inserindo no esperado Plano Nacional de Contingência, procedimentos preventivos e fiscalizáveis. É imprescindível, também, que possua mobilidade imediata diante de derramamentos de petróleo de qualquer natureza, além de recursos que superem em muito o R\$ 1 bilhão aventado como disponível para suportar financeiramente o referido Plano.

Desta forma diante da importância de termos Órgãos de Estado prontos a responder aos dos riscos de derramamentos de óleo que ao longo do tempo, infelizmente vem se materializando, é que vemos com singular interesse e importância a vinda à esta Casa, em Audiência Pública, da Diretora-Geral da ANP, de forma a propiciar uma explanação das futuras ações a serem empreendidas por esta Agência Reguladora, agora presidida por uma experiente técnica do setor e para o qual solicito o apoio dos Nobres Pares da Comissão de Minas e Energia.

Sala das Sessões, 21 de março de 2012

LUIZ FERNANDO MACHADO
PSDB/SP

